

**ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE – COEMA/TO**

1 Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às 8h30 na sala  
2 de reunião da SEMARH, a **Presidente Meire Carreira** deu boas-vindas aos  
3 conselheiros e convidados, ressaltou a importância do Conselho e da  
4 participação de todos os conselheiros nessa reta final de ano: **Rubens Brito**  
5 (Secretário Executivo do COEMA), **João Gomes Barbosa** (Secretaria do  
6 Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária) – SEAGRO, **Eliene Gomes dos**  
7 **Santos** (Secretaria da Educação, Juventude e Esportes - SEDUC), **Alexandre**  
8 **Barreto Almeida dos Santos** (Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos  
9 - SEINF), **Rodrigo Sabino Teixeira Borges** (Secretaria do Planejamento e  
10 Orçamento – SEPLAN), **Idiane Abreu Cabral** (Secretaria da Fazenda –  
11 SEFAZ), **Cap. Marcus Vinícius Coelho Carmo** (Polícia Militar do Estado do  
12 Tocantins – PM/TO), **Márcio Junho Pires Câmara** (Procuradoria Geral do  
13 Estado – PGE), **Adriana Soraya Alexandria Monteiro** (Comunidade Científica  
14 IFTO/EMBRAPA) **Srewe da Mata de Brito** (Comunidade Indígena), **José**  
15 **Carlos Senhorini**, (Federação da Agricultura do Estado do Tocantins – FAET),  
16 **Antônio Batista de Sá** (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do  
17 Estado do Tocantins - FETAET), **Rodrigo Martins Ribeiro** (Conselho Regional  
18 de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins – CREA/TO) e **Antônio**  
19 **Carlos Galacho** (Organização Não Governamental - AMEAMA), justificou e  
20 lamentou a ausência do Secretário Executivo **Rubens** que devido a um  
21 problema de saúde de um familiar não pôde comparecer, mas que talvez ainda  
22 possa comparecer antes do término da reunião. Dando início à pauta.  
23 1) Abertura; 2) Ordem do dia: I. Aprovação da Ata da 51ª Reunião do Ordinária  
24 do COEMA que foi realizada juntamente com o Fórum Estadual de Mudanças  
25 Climáticas devido à uma apresentação de tema comum; II. Apresentação da  
26 alteração da minuta do Projeto de Lei que institui a Política Estadual sobre  
27 Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais do Tocantins, que possui o parecer  
28 da Câmara Técnica de Licenciamento e Qualidade Ambiental em função ou  
29 demanda por análise da Secretaria da Fazenda; III. Agradeceu a presença da  
30 consultora Luciana Rocha que apresentará o Sistema de Gestão de Resíduos  
31 Sólidos do Estado do Tocantins aos membros presentes; IV. Apresentação do  
32 balanço das ações do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FUEMA) e do Plano  
33 de Aplicação para 2018 pelo diretor administrativo **João Ricardo**  
34 (NATURATINS); V. Apreciação da solicitação da SEAGRO para a mudança da  
35 lei 1.959/08 que dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso  
36 predatório das palmeiras do coco de babaçu; VI. Ativação da Câmara Técnica  
37 Temporária de Resíduos Sólidos; VII. Alteração da Lei 1.789/07 em sua alínea  
38 d), substituir Agência de Desenvolvimento Turístico – ADETUR pela Fundação  
39 Nacional do Índio – FUNAI e manter alínea f) Comissão de Saúde e Meio  
40 Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. VIII. Aprovação  
41 do calendário de reuniões para 2018. IX. Aprovação do cadastro no CEATO

42 das ONGs: AMEAMA, ECOTERRA, INSTITUTO ECOLÓGICA, GRUPO RAIZ  
43 DA TERRA e a CEDECA. 3) Palavra Livre e 4) Encerramento. I. Ata aprovada  
44 com unanimidade. II. Passada a palavra ao **Francis Rinaldi** (SEMARH)  
45 Secretário Executivo do FEMC, explana que a pauta da política de  
46 reformulação das mudanças climáticas com o gancho do pagamento por  
47 serviços ambientais é necessário apresentação e aprovação pelo COEMA, ela  
48 foi pré-aprovada com ressalvas na reunião anterior no tocante do Art. 17 que  
49 fala sobre incentivos e tributos que era uma atribuição da SEFAZ, onde foi  
50 encaminhado um ofício com o Projeto de Lei da Política para análise e  
51 apreciação retornando com algumas considerações. Após a leitura do ofício em  
52 questão abriu a palavra. A Secretaria **Meire** ressalta que essa análise teria que  
53 acontecer devido à SEFAZ ser responsável não pela gestão, mas também o  
54 parecer sobre qualquer tributo ou incentivo. Diz ainda que espera que essa  
55 alteração seja aprovada para ser encaminhada à Casa Civil e assim serem  
56 tomadas as devidas providências junto à Assembleia Legislativa. **João Ricardo**  
57 (NATURATINS) sugere que seja removido o número da Lei de ICMS Ecológico  
58 da proposta em virtude de possíveis alterações, tornando-se assim incoerente  
59 com as outras legislações estaduais ao longo do tempo. III. Passada a palavra  
60 à consultora **Luciana Rocha** que fez uma explanação breve e simplificada  
61 sobre o SIGERS (Sistema de Gestão dos Dados dos Resíduos Sólidos). **Srewe**  
62 (comunidade indígena) questiona se é possível fazer o monitoramento das  
63 terras indígenas pelo sistema e a consultora **Luciana** responde que sim e em  
64 seguida explica como fazer isso no sistema. A Presidente **Meire** complementa  
65 que a própria construção do sistema é exatamente dar condição ao gestor e ao  
66 Estado de acompanhar, facilitando assim o monitoramento. Agradeceu a  
67 consultora **Luciana** pela apresentação e reforçou que esse sistema será de  
68 suma importância para o desenvolvimento do Estado. IV. **João Ricardo**  
69 (NATURATINS) agradece a oportunidade, diz que espera que o relatório desse  
70 ano tenha ficado nos moldes do ano anterior e claro a todos. Após a  
71 apresentação de todo o plano, a Presidente **Meire** diz que é perceptível o  
72 comando e controle das ações fiscalizadoras e que o Estado trabalha  
73 executando ações e operações integradas que trabalham primeiro a demanda  
74 no escritório para que ele possa ser mais bem efetivado e isso já trouxe uma  
75 condição de melhoria na redução do que foi gasto, no entanto com melhorias,  
76 demonstrando assim que esse é um caminho a ser seguido. Salienta a  
77 importância da melhoria das instalações e a otimização de informações para  
78 que num futuro bem breve todas as ações do NATURATINS sejam  
79 transparentes e sistematizadas onde todos os processos estejam  
80 informatizados. **Rodrigo Martins** (CREA) gostaria de registrar que na última  
81 reunião do COEMA foi aprovada uma recomendação ao NATURATINS que  
82 exigia ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) em todas as fases do  
83 procedimento, mas que é de conhecimento próprio que o NATURATINS não  
84 tem feito isso. O Secretário Executivo do COEMA **Rubens Brito** se desculpa  
85 pelo atraso e parabeniza o **João Ricardo** pela apresentação. A Secretaria

86 **Meire** coloca em votação o Plano de Aplicação para 2018 que foi aprovado  
87 pela maioria dos membros presentes. **V. Marta Barbosa** (SEAGRO) relata que  
88 o trabalho tem sido feito desde 2007 em nível de governo, com biomas através  
89 do Ministério do Meio Ambiente. Onde foi construída anteriormente a política  
90 nacional das comunidades e povos tradicionais, e entre 2008 e 2009 a  
91 discussão em relação à sociobiodiversidade. Já no processo da gestão, foi  
92 instituída em nível do PPA (Plano Plurianual) e também a criação de gerências  
93 e diretorias voltadas à sociobiodiversidade. Ressalta que após a aprovação da  
94 Lei em 2008, foi feita uma discussão com a sociedade, mas que foi encontrado  
95 na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 194 do Deputado Estadual José  
96 Bonifácio (PR-TO) que modifica o Art. 1º que dispõem sobre da Lei 1.959/08.  
97 Reforça que é necessária uma discussão (inclusive no COEMA) ou uma  
98 audiência pública e chamar o movimento responsável pelas quebradeiras de  
99 coco, pois está em lei ao que se refere às comunidades e povos tradicionais,  
100 mas não houve essa convocação. Antes de passar a palavra, solicita que todos  
101 se coloquem contrário ao projeto de lei em questão para assim dar  
102 continuidade na sobrevivência e existência de cinco mil famílias no Estado do  
103 Tocantins. **Maria Ednalva Ribeiro da Silva** (FETAET) diz que em relação à lei  
104 em questão, é uma batalha de todas as mulheres, bem como dos homens que  
105 também necessitam das palmeiras do babaçu, pois representa o sustento de  
106 muitas famílias na região do bico do papagaio, e que cobrem suas casas com  
107 palha retiradas das palmeiras. Reforça que caso essa PL venha ser alterada  
108 muitas famílias no Estado viverão às margens da miséria. Finaliza pedindo que  
109 o COEMA ajude a todas as quebradeiras de coco na não alteração da lei.  
110 **Srewe** (comunidade indígena) também vê com preocupação essa proposta de  
111 lei apresentada pelo deputado já citado, porque afeta não somente as  
112 comunidades de quebradeiras de coco que são consideradas brancas, mas  
113 também os povos indígenas como um todo, ferindo principalmente o patrimônio  
114 cultural. Diz que a justificativa do Deputado Bonifácio para a alteração da lei é  
115 muito vaga, após ler a mesma, acredita que essa será arquivada por não trazer  
116 nenhum benefício à sociedade, mas sim malefícios. **Antônio** (FETAET) diz que  
117 a defesa foi muito bem apresentada e que a população tocantinense deve ficar  
118 atenta, pois nem sempre o que é proposto é uma melhoria, não concorda com  
119 a retirada de direitos que foram conquistados a duras penas. Questiona as  
120 alegações dos governos no que tange a preservação das pessoas e do meio  
121 ambiente, mas que as ações não condizem com a realidade com o que está  
122 sendo proposto. Substancia que a FETAET é contra esse projeto de lei e que  
123 lutará até o fim para ajudar as quebradeiras de coco. Com a palavra **Rubens**  
124 **Brito** (SEMARH), comenta que fez um projeto numa disciplina no curso de  
125 Engenharia Ambiental onde tinha uma parte que tratava justamente do coco  
126 babaçu e reforça a importância do extrativismo. E que em relação a esse  
127 trabalho específico foram feitas diversas entrevistas e que provavelmente as  
128 presentes na reunião foram umas das entrevistadas, ficando assim constado a  
129 importância do subproduto do coco babaçu para a sobrevivência das

130 comunidades que dependem dele. Complementa que está sendo trabalhada a  
131 implementação do modelo jurisdicional do REDD (Redução das Emissões por  
132 Desmatamento e Degradação Florestal), e uma das principais bandeiras do  
133 REDD é a manutenção da floresta em pé. Finaliza reforçando que as  
134 quebradeiras de coco são aliadas da SEMARH. **Cristiane** (SEMARH) relembra  
135 da importância da demanda das quebradeiras de coco que foi a criação da  
136 reserva extrativista do extremo norte do Estado, onde a lei do babaçu livre  
137 deveria ser aplicada em todo o Estado, a reserva tem esse cunho e as  
138 quebradeiras de coco tem acesso livre aos babaçuais que enfrentam grandes  
139 dificuldades na região bico do papagaio e que o projeto de lei em questão é um  
140 retrocesso que o Estado teve em relação às quebradeiras de coco. De posse  
141 da palavra, a Presidente **Meire** sugere uma proposta de moção de repúdio,  
142 onde a SEMARH se compromete a trabalhar conjuntamente dentro da sua  
143 contribuição com o que foi apresentada pelas quebradeiras de coco,  
144 construindo uma minuta e encaminhando-a por e-mail aos conselheiros, para  
145 que possam se manifestar. Foi colocada em votação a criação da moção e  
146 envio por e-mail, dentro dessa moção a proposta sobre a RESEX (Reserva  
147 Extrativista) e também uma manifestação do COEMA para reforçar junto ao  
148 ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) em relação  
149 a RESEX, reforçando assim o trabalho das quebradeiras de coco. **Márcio**  
150 **Junho** (PGE) diz que a criação de uma moção de repúdio soa agressivo,  
151 ressaltou as justificativas da **Marta** (SEAGRO), que ficaram muito claras em  
152 relação aos fundamentos do porquê essa lei não pode ser aprovada, mas que  
153 produzir um documento bem elaborado explicando a razão do  
154 descontentamento e encaminhar à Assembleia Legislativa pode surtir mais  
155 efeito, a Secretária **Meire** concorda com a sugestão e coloca em votação a  
156 justificativa para fazer frente à alteração da Lei, que foi aprovada pela maioria.  
157 **VI.** A Secretaria **Meire** ressaltou que a ativação da Câmara Técnica de Resíduos  
158 Sólidos é uma demanda da SEMARH em função dos trabalhos de elaboração  
159 da minuta da Política Estadual de Resíduos Sólidos e irá trabalhá-la dentro do  
160 COEMA. **Rubens** (SEMARH) reforça que está sendo conduzidos três grandes  
161 produtos; Plano de Aplicação, a Política Estadual de Resíduos Sólidos (que já  
162 foi contratada o consultor) e o sistema já apresentado pela **Luciana**, ressaltou  
163 que dependerá muito mais dos municípios, pois sozinho o Estado não  
164 conseguirá efetivá-lo com fluidez e essa nova câmara será de fundamental  
165 importância para o sucesso desse sistema também. Foi aberta aos  
166 interessados a composição da CTRS, lamentou alguns órgãos cruciais não se  
167 fazerem presente como a ATM e a BRK Ambiental. Manifestaram interesse:  
168 CREA e AMEAMA. A votação da instauração da CTRS foi aberta e aprovada  
169 unanimemente. **VII.** A Presidente **Meire** relembra que essa substituição foi  
170 discutida na última reunião, pois a ADETUR não existe mais e sim uma junção  
171 de várias secretarias e que a ADETUR se encontra hoje na SEDEN que faz  
172 parte do conselho e havia um pedido da FUNAI para entrar no lugar da  
173 ADETUR. Colocada em votação a alteração da Lei, foi aprovada por

174 unanimidade. **VIII.** Calendário aprovado pela maioria dos votos. **IX.** Com a  
 175 palavra, **Jamila Leime** (SEMARH) apresenta as ONGs e os três conselhos  
 176 (FEMC, COEMA e CERH) onde cada uma pode escolher fazer parte. **Bárbara**  
 177 **Xavier** (CEDECA) manifesta interesse em participar do COEMA, **Antônio**  
 178 **Carlos** (AMEAMA) manifesta interesse em permanecer no COEMA, **Divaldo**  
 179 **Rezende** (Instituto Ecológica) manifesta interesse em participar do FEMC e  
 180 CERH. **Rubens Brito** parabeniza de forma especial a CEDECA que é novata e  
 181 vem de uma área que tradicionalmente não inclui em seu discurso a questão  
 182 ambiental, mas que tem interesse em entrar nesse âmbito. **3. Divaldo** (Instituto  
 183 Ecológica) faz um convite às ONGs para se reunirem no começo de 2018 para  
 184 mostrar uma plataforma de captação de recursos que julga ser interessante as  
 185 ONGs apresentarem seus projetos nessa plataforma. **Rubens Brito** usa a  
 186 palavra livre para discorrer sobre o processo de discussão da minuta de  
 187 regulamentação do licenciamento ambiental da tilápia, onde na última reunião  
 188 foi dado um prazo para que a Câmara Técnica de Licenciamento Ambiental e a  
 189 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos apresentassem a minuta de  
 190 regulamentação de licenciamento, como não foi possível no prazo que era até  
 191 28/10/17, solicita a extensão do prazo mais 120 dias porque as discussões  
 192 serão tomadas dia 23/01/18, ninguém se manifestou contra e foi aprovada a  
 193 extensão. **4.** A Presidente **Meire** agradece a presença de todos, dá a reunião  
 194 por encerrada e deseja um Feliz Natal a todos.

**Leonardo Sette Cintra**  
Presidente

**Rubens Pereira Brito**  
Secretário Executivo

Instituição	Nome	Assinatura
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - <b>SEMARH</b>	<b>Leonardo Sette Cintra</b>	
	Rubens Pereira Brito	
Instituto Natureza do Tocantins - <b>NATURATINS</b>	<b>Jorge Kleber Neiva Brito</b>	
Associação Tocantinense de Municípios - <b>ATM</b>	<b>Ângelo Marzola Júnior</b>	
	Pref. Joaquim Maia Leite Júnior	
Secretariado Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária - <b>SEAGRO</b>	<b>João Gomes Barbosa</b>	
	Thiago Fontolan Tardivo	
Secretaria da Educação, Juventude e Esportes - <b>SEDUC</b>	<b>Eliene Gomes dos Santos</b>	
	Lucinara Montelo Maranhão Monteiro	
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia, Turismo e Cultura - <b>SEDEN</b>	<b>Alexandro de Castro Silva</b>	
	Virgílio de Alencar Santana	
Secretaria da Infraestrutura e	<b>Alexandre Barreto Almeida dos</b>	

Serviços Públicos - <b>SEINF</b>	<b>Santos</b>	
	Ademi Júnior Filho	
Secretaria do Planejamento e Orçamento – <b>SEPLAN</b>	<b>Rodrigo Sabino Teixeira Borges</b>	
	Cecília Amélia Miranda Costa	
Secretaria da Saúde - <b>SESAU</b>	<b>Adriane Feitosa Valadares</b>	
	Ana Emília Pires de Araújo Silveira	
Secretaria da Fazenda - <b>SEFAZ</b>	<b>Idiane Abreu Cabral</b>	
	Carlla Soares de França	
Polícia Militar do Estado do Tocantins – <b>PM/TO</b>	<b>Ten. Cel. Sólis Araújo Souza</b>	
	Cap. Marcus Vinícius Coelho Carmo	
Procuradoria Geral do Estado - <b>PGE</b>	<b>Ana Flávia Ferreira Cavalcante</b>	
	Márcio Junho Pires Câmara	
Ministério Público Estadual - <b>MPE</b>	<b>Bruno Machado Carneiro</b>	
	Marcos Antônio Oster	
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - <b>IBAMA</b>	<b>Lucas Santos Costa</b>	
	Wallace Rafael Rocha Lopes	
Comunidade Científica <b>/IFTO/EMBRAPA</b>	<b>Adriana Soraya Alexandria Monteiro</b>	
Comunidade Indígena	<b>Srewe da Mata de Brito</b>	
	Ivan Luiz Guarany	
Concessionária de Abastecimento de água – <b>BRK Ambiental</b>	<b>Antônio Rodrigues da Silva Neto</b>	
	Jéssica Lopes Cuevas	
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins - <b>FAET</b>	<b>Carlos Ribeiro Soares</b>	
	José Carlos Senhorini	
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - <b>FETAET</b>	<b>Mariane Xavier dos Santos</b>	
	Antônio Batista de Sá	
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - <b>FIETO</b>	<b>Carlos Wagno Maciel Milhomem</b>	
	José Roberto Fernandes	
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - <b>CREA</b>	<b>Rodrigo Martins Ribeiro</b>	
	Geraldo Moura de Oliveira Júnior	
Organização Não Governamental - <b>AMEAMA</b>	<b>Antônio Carlos Galacho</b>	
	<i>Aguardando indicação</i>	
Federação das Associações	<b>Marcella Gonçalves do Vale</b>	

Comerciais e Industriais do Tocantins - <b>FACIET</b>	Célio Nogueira do Nascimento	
---	------------------------------	--

Comissão de Saúde e Meio Ambiente da <b>AL</b> do Estado do Tocantins	<b>Dep. Valderez Castelo Branco Martins</b>	
	Dep. Olyntho Garcia de Oliveira Neto	

<b>Instituições Ausentes</b>		
Instituto Natureza do Tocantins - <b>NATURATINS</b>		
Associação Tocantinense de Municípios - <b>ATM</b>		
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia, Turismo e Cultura - <b>SEDEN</b>		
Secretaria da Saúde - <b>SESAU</b>		
Procuradoria Geral do Estado - <b>PGE</b>		
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - <b>IBAMA</b>		
Concessionária de Abastecimento de água – <b>BRK Ambiental</b>		
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - <b>FIETO</b>		
Federação das Associações Comerciais e Industriais do Tocantins - <b>FACIET</b>		
Comissão de Saúde e Meio Ambiente da <b>AL</b> do Estado do Tocantins		